

O Congresso deve ser prestigiado, diz Maciel

AGÊNCIA ESTADO

O ministro Marco Maciel, da Educação, não considera que existe uma campanha deliberada contra o Congresso Nacional. Entretanto, segundo afirmou ontem, acha que seria conveniente que se prestigiasse o trabalho daquela instituição, a qual representa o grande fórum das questões nacionais, preparando leis, ou no acompanhamento e controle da atuação governamental.

O Congresso Nacional, segundo Marco Maciel, não é uma fábrica, que se deve caracterizar pelo número de projetos que apresenta. Naquela Casa, de acordo com o ministro da Educação, realiza-se muito mais, no julgamento das questões do País. Desse modo, ressaltou que a sua importância não pode deixar de ser reconhecida.

Marco Maciel também deu sua opinião sobre as eleições de novembro e disse que, pessoalmente, acha que o partido da Frente Liberal só deveria participar de campanhas para a prefeitura em cidades onde defendesse seus próprios candidatos, ou candidatos da Aliança Democrática. Entretanto, ressaltou que essa não é a decisão do PFL, que ainda

deverá se reunir para deliberar sobre o assunto.

Quanto à preferência que as pesquisas populares vêm indicando para o ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, como candidato à sucessão do presidente José Sarney, Marco Maciel obsejou, inicialmente, que isso deixa o PFL uma posição confortável. Salientou, contudo, que o debate sucessório é prematuro, principalmente porque a Constituinte poderá apresentar alterações no sistema de governo, como seria o caso de haver preferência pelo parlamentarismo, o que tornaria inúteis as discussões, agora, sobre o assunto.

Tecnocracia

O espírito da tecnocracia instalado no País a partir de 1964 ainda domina o Ministério do Planejamento, que está tratando com descaso a reforma tributária de emergência pretendida por prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e municipalistas de todo o Brasil. A opinião é do vice-governador de São Paulo, Orestes Quércia (PMDB), para quem no Ministério do Planejamento "não existe abertura, só cara feia".

A solução do problema tributário dos municípios brasileiros, no en-

tender de Quércia, poderá vir do Congresso Nacional, que votará em 2 de outubro a emenda do deputado Ailton Sandoval, que estabelece reforma tributária no País: "Estaremos em Brasília, vindos de todas as partes do País, para assistir à votação da emenda. Temos a convicção, lastreada no nosso conhecimento da sensibilidade do Congresso Nacional, de que haverá a reforma tributária".

Segundo o vice-governador, no Brasil os municípios ficam apenas com 5% do total dos impostos arrecadados, enquanto nos Estados Unidos essa percentagem se eleva a quase 50%.

